

#### **14. PROPOSTA – ACORDO DE COLABORAÇÃO – MUNICÍPIO DE BRAGA E ASSOCIAÇÃO DE RADIOAMADORES DO MINHO:**

Da **DACPGP** submetendo à consideração do Executivo proposta relativa ao acordo de colaboração a celebrar entre o Município de Braga e a Associação de Radioamadores do Minho, no âmbito da assistência e colaboração no que se refere às comunicações suportadas e transmitidas via rádio.

A Tenizê do  
Executivo Municipal  
4º - 11 de Abril  
02 Abril 2019

**PROCESSO/DOC.:**

**ASSUNTO:** Proposta – Acordo de Colaboração a outorgar entre o Município de Braga e a ARM  
– Associação de Radioamadores do Minho


**Parecer elaborado por:** Mafalda Vilaça, técnica superior jurista

---

**PARECER/INFORMAÇÃO**

Segue em anexo a proposta relativa ao Acordo de colaboração entre o Município de Braga e a ARM – Associação de Radioamadores do Minho, no âmbito da assistência e colaboração no que se refere às comunicações suportadas e transmitidas via rádio, com vista a submeter à apreciação do Executivo Municipal.

A Jurista,

  
(2.4.2019)

## **PROPOSTA - ACORDO DE COLABORAÇÃO**

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Município de Braga, com sede na Praça do Município da cidade de Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, neste ato representado pelo Dr. Ricardo Rio, Presidente da Câmara Municipal de Braga, adiante designado por **MUNICÍPIO**,

**E**

**SEGUNDO OUTORGANTE:** ARM, Associação de Radioamadores do Minho, com sede em Complexo Desportivo Municipal, Sala 8, Av. João Paulo II, 4711-852, pessoa coletiva nº 501 232 729, neste ato representado por Manuel António Canossa Dias, adiante designado por **ARM**,

Considerando que:

1. Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições no domínio dos *“transportes e comunicações”*, conforme prescrito no nº 1 e alínea c) do nº 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei nº 75/2013, diploma que estabelece o regime jurídico das autarquias locais;
2. Compete à câmara municipal, nos termos do estatuído na alínea ee) do nº 1 do artigo 33º do citado regime jurídico *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;
3. Por contrato de comodato celebrado em 17 de outubro entre o Município de Braga e Américo Granja Araújo c.c. Teresa de Jesus Lopes Marques Araújo, foi entregue a este Município a parcela de terreno com a área de 4.567 m<sup>2</sup> a destacar do prédio denominado *“Bouça da Chã de Sta. Marta”*, sito em Chã de

Sta. Marta, freguesia de Esporões, em Braga, descrito na Conservatória do Registos Predial de Braga sob o nº 781/Esporões e inscrito na respetiva matriz rústica sob o artigo 72/Esporões, para que este pudesse aí acomodar equipamentos de comunicações, mais propriamente um repetidor e respetiva antena, no sentido de uma melhor cobertura territorial;

4. A ARM é uma associação sem fins lucrativos, tendo por fim, entre outros, *“criar e manter estações emissoras, recetoras e/ou repetidores que sirvam de apoio ao radioamadorismo em geral”*, conforme nº 4 do Artigo 2º dos estatutos da ARM, tornando-se assim premente pugnar pelo estabelecimento das condições necessárias ao desenvolvimento daquela atividade, desenvolvida pela ARM (cfr. doc. 1);
5. Na sequência do estabelecido na cláusula 3ª do mencionado contrato, relativa ao regime de utilização, o proprietário da parcela em questão autorizou que a ARM coloque nas instalações sitas na mencionada parcela e pertencentes ao Município repetidor de VHF/UHF, cablagem e respetivos acessórios;

**É celebrado o presente Acordo de colaboração (adiante designado por Acordo) entre os outorgantes acima melhor identificados que se rege pelas cláusulas seguintes:**

#### **Cláusula Primeira**

##### **(Objeto)**

O presente Acordo tem por objeto a regulação da colaboração entre o Município de Braga e a ARM – Associação de Radioamadores do Minho, no âmbito da assistência e colaboração no que se refere às comunicações suportadas e transmitidas via rádio.

#### **Cláusula segunda**

##### **(Regime de utilização)**

1. O Município autoriza a ARM a instalar repetidor VHF/UHF, cablagem e respetivas antenas, nas suas instalações situadas na parcela de terreno m.i. no Considerando 3 do presente Acordo.
2. Os equipamentos a instalar funcionam na banda dos 145 Mhz e 430 Mhz, encontrando-se devidamente licenciado pela ANACOM (cfr. doc. 2).
3. A instalação e operação dos equipamentos de radiocomunicações da ARM serão devidamente protegidas, não podendo, em caso algum, provocar interferências nos equipamentos municipais ali instalados.

**Cláusula terceira**  
**(Obrigações da ARM)**

1. A ARM - Associação de Radioamadores do Minho no âmbito do desenvolvimento, suporte e exploração, do espectro das radiofrequências que lhe estão atribuídas, garantirá todas as formas de colaboração que lhe forem solicitadas pelo Município, através da Divisão de Proteção Civil, nomeadamente:
  - a) Na ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil:
    - i. Participação na conceção e execução de exercícios de proteção civil;
    - ii. Estabelecimento de comunicações rádio em situação de falência das redes normais de radiocomunicações, garantindo a comunicação em situações de emergência, nomeadamente, nos níveis de Direção, Coordenação e Comando;
    - iii. Colaborar na difusão de avisos e informações dirigidos à população em caso de acidente grave ou catástrofe;
    - iv. Comparecer nas reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), sempre que sejam convidados pelo Presidente da CMPC.
  - b) Sem ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil:
    - i. Garantir as comunicações em situações de emergência, no caso de falência das redes normais de radiocomunicações que estão atribuídas à Divisão de Proteção Civil, Companhia de Bombeiros Sapadores e à Polícia Municipal, de

acordo com as necessidades identificadas e em articulação com o responsável operacional de cada uma destas Unidades Orgânicas;

- ii. Participar em outras iniciativas e atividades promovidas pelo Município de Braga.

#### **Cláusula quarta**

##### **(Incumprimento)**

Em caso de incumprimento das obrigações emergentes do presente Acordo, pode o mesmo ser resolvido, por qualquer das partes, mediante prévia comunicação escrita com 30 dias de antecedência.

#### **Cláusula quinta**

##### **(Prazo e produção de efeitos)**

O presente Acordo produzirá efeitos a partir da data da sua outorga e vigora pelo período de 1 (um) ano, sendo renovável por iguais períodos, salvo denúncia por qualquer das partes, feita por escrito e com antecedência de 60 dias

#### **Cláusula sexta**

##### **(Dúvidas e Omissões)**

Todas as dúvidas e omissões que resultarem da aplicação do presente Acordo serão resolvidas por comum acordo entre as partes, tendo em conta os objetivos da colaboração.

#### **Cláusula sétima**

##### **(Aprovação)**

A proposta relativa ao presente Acordo foi aprovada por deliberação tomada pelo Executivo Municipal realizada em...

Braga, ...

**O Município de Braga**

---

(Dr. Ricardo Rio)

**A ARM**

---

(Manuel Canossa)

# ESTATUTOS

## DA

### ASSOCIAÇÃO DE RADIOAMADORES DO MINHO

(Escritura Pública celebrada em 28 de Maio de 1981)

(No 2º Cartorio Notarial de Braga)

Artº. 1º. Com a designação de Radioamadores do Minho, abreviadamente ARM, é criada regendo-se pelos presentes estatutos uma associação de radioamadores com sede na cidade de Braga, que poderá abrir delegações ou filiais noutras localidades, por deliberação da assembleia geral.

Artº. 2º. A associação tem por fins:

- a) Reunir e organizar os radioamadores de telecomunicações, com vista a desenvolverem entre si estudos ou práticas destas actividades;
- b) Fomentar o estreitamento das relações entre os radioamadores;
- c) Colaborar com os organismos oficiais em iniciativas de interesse público às quais o radioamadorismo possa dar contributo válido;
- d) Criar e manter estações emissoras, receptoras ou repetidoras que sirvam de apoio ao radioamadorismo em geral.

Artº. 3º. — 1 A associação durará por tempo indeterminado, com início a partir de hoje, e disporá dos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Direcção;
- c) Conselho Técnico e Fiscal.

2 A mesa da assembleia geral e o conselho técnico e fiscal são compostos, cada um, por três membros; a direcção é composta por três ou cinco membros.

3 Os corpos gerentes são eleitos por dois anos e são sempre reelegíveis;

4 Só os sócios efectivos têm voto nas assembleias gerais podem ser eleitos para cargos sociais.

Artº. 4º. O património da associação é formado pelos bens e serviços que já foram postos à disposição por doação de alguns radioamadores, pelo produto das quotas, joias e outras contribuições a cobrar dos associados e por quaisquer bens ou serviços que adquira a título gratuito ou título oneroso.

Artº. 5º. Em regulamentos internos, a aprovar em assembleia geral, serão devidamente regulados a estrutura e modo de funcionamento dos órgãos associativos, a constituição dos órgãos consultivos e de comissões ou grupos de trabalho, as atribuições e competência de cada um desses órgãos, comissões ou grupos, os direitos e deveres dos associados e o modo de exercício e cumprimento dos mesmos, o processo de eventual dissolução da associação e



da liquidação do seu património, bem como todos os assuntos de interesse associativo que a assembleia delibere regulamentar.

Artº. 6º. – 1 A associação tem as seguintes categorias de sócios:

- a) Honorários;
- b) Efectivos;
- c) Auxiliares

2 São sócios honorário os indivíduos e agremiações que tenham prestado relevantes serviços à associação ou ao radioamadorismo em geral.

3 São sócios efectivos todos os radioamadores legalmente habilitados.

4 São sócios auxiliares os indivíduos que não sendo radioamadores legalmente habilitados, demonstrem interesse pelo radioamadorismo em geral.

5 Os sócios honorários são nomeados pela assembleia geral sob proposta da direcção.

6 Os sócios efectivos e auxiliares são nomeados pela direcção sob proposta de um sócio efectivo em pleno gozo dos seus direitos.

7 Os sócios são exonerados a seu pedido, pela direcção, ou, por decisão da assembleia geral sob proposta da direcção.

8 Os sócios serão excluídos pela direcção, verificando-se a falta de pagamento de quotas, nos termos do regulamento interno ou por infracção grave.

Artº. 7º (Transitório)

A primeira assembleia geral para eleições dos corpos gerentes e aprovação do primeiro regulamento interno será convocada pelos sócios fundadores, ora outorgantes, a quem fica competindo a gerência provisória da associação até à referida eleição.

Braga, 28 de Maio de 1981

## LICENÇA DE ESTAÇÃO DE USO COMUM

É emitida a presente licença, atribuída nos termos do Artigo 9º do Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, à entidade abaixo designada e nas condições a seguir descritas.

N.º da Licença:	508208	Data de início da validade:	30/11/2005
Data de emissão:	16/04/2014	Data de termo da validade:	29/11/2020

### IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR

Entidade: Associação de Radioamadores do Minho	N.º de Entidade 51649
------------------------------------------------	-----------------------

### CARACTERÍSTICAS DA ESTAÇÃO

Tipo de estação: Estação repetidora de modulação analógica	Indicativo de chamada: CQ0UBRG
------------------------------------------------------------	--------------------------------

Coordenadas geográficas (WGS84)		Potência Aparente Radiada	Canal	Frequência de emissão (MHz)	Frequência de receção (MHz)	Tom de Proteção (Hz)	Designação da emissão
Latitude	Longitude						
41° 30' 52,700" 08° 23' 42,040"		20,0 W	RU704	438,8000	431,2000	67,0	16K0F3E

### LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO

Local de instalação: SANTA MARTA IN51TM
-----------------------------------------------

### CONDIÇÕES GENÉRICAS

A presente licença permite, de acordo com a legislação em vigor e demais procedimentos aí previstos, a utilização da estação conforme as características descritas.

O funcionamento da estação está ainda sujeito às seguintes condições:

- Temporização: máximo 3 minutos por acesso;
- Tempo de recuperação: 5 segundos;
- Monitorização e controlo remoto: permitido;
- Difusão do indicativo de chamada da estação: obrigatória em fonia, com um período máximo de 10 minutos, podendo nesta difusão ser divulgados outros dados relativos ao funcionamento da estação, em fonia ou em código de Morse;
- Polarização da antena: linear vertical.

### CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

A presente licença é concedida em conformidade com o(s) seguinte(s) Despacho(s):

  
 Carlos José António  
 Argente de Almeida do  
 Conselho de Regulação  
 Pág. 1 / 2

**Licença n.º 508208**

**Entidade n.º 51649**

DE 1012014 ADGE1 de 16/04/2014  
DE 3532010 ADGE1 de 17/12/2010  
DE 3482010 ADGE1 de 15/12/2010  
DE005905ADGE1 de 30/11/2005

## CONTRATO DE COMODATO



**PRIMEIROS OUTORGANTES:** Américo Granja Gomes de Araújo, NIF 181132869, c.c. Teresa de Jesus Lopes Marques Araújo, residentes na Rua das Padeiras, nº 53, 4715-098 Braga,

E

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Município de Braga, com sede na Praça do Município da cidade de Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, neste ato representado pelo Dr. Ricardo Rio, Presidente da Câmara Municipal de Braga, adiante designado por **MUNICÍPIO**,

Considerando que:

- Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições no domínio dos *"transportes e comunicações"*, conforme prescrito no nº 1 e alínea c) do nº 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei nº 75/2013, diploma que estabelece o regime jurídico das autarquias locais;
- Compete à câmara municipal, nos termos do estatuído na alínea ee) do nº 1 do artigo 33º do citado regime jurídico *"criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal"*;

É celebrado o presente contrato de comodato entre os outorgantes acima melhor identificados que se rege pelas cláusulas seguintes:



### **Cláusula Primeira**

#### **(Objeto)**

O **PRIMEIRO OUTORGANTE** é dono e legítimo proprietário da parcela de terreno com a área de 4.567 m<sup>2</sup>, a destacar do prédio denominado "Bouça da Chã de Sta. Marta", sito em Chã de Sta Marta, freguesia de Esporões, em Braga, descrito na Conservatória do Registos Predial de Braga sob o nº 781/Esporões e inscrito na respetiva matriz rústica sob o artigo 72/Esporões, adiante apenas designado por **Parcela de terreno**, melhor identificada na planta anexa ao presente contrato e que dele faz parte integrante.

### **Cláusula Segunda**

#### **(Finalidade)**

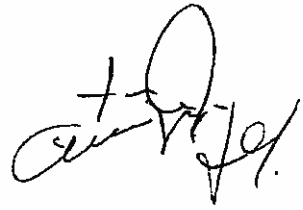
Pelo presente contrato, os **PRIMEIROS OUTORGANTES** entregam ao **MUNICÍPIO**, e este aceita, a parcela de terreno identificada na cláusula primeira, bem como as construções ali implantadas, a título gratuito, para que este possa aí acomodar equipamentos de comunicações, mais propriamente um repetidor e respetiva antena, no sentido de uma melhor cobertura territorial.

### **Cláusula Terceira**

#### **(Regime de utilização)**

1. O **MUNICÍPIO** utilizará a referida parcela para o fim vertido na cláusula segunda, não lhe podendo dar outro fim, sem autorização dos **PRIMEIROS OUTORGANTES**.
2. Ao **MUNICÍPIO** não é permitido sublocar, emprestar ou ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa dos **PRIMEIROS OUTORGANTES**.
3. Finda a vigência do presente contrato, o **MUNICÍPIO** deverá entregar aos **PRIMEIROS OUTORGANTES** a parcela de terreno e os equipamentos em bom estado de conservação.

**Cláusula Quarta**  
**(Obras de Adaptação)**



O **MUNICÍPIO** procede por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as obras de construção, adaptação, conservação e/ou manutenção a realizar na **Parcela de terreno**, necessárias às ações que resultem da normal prossecução do fim objeto do presente contrato.

**Cláusula Quinta**  
**(Reparação e manutenção dos equipamentos)**

Compete ao **MUNICÍPIO** proceder, por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as reparações, conservação e manutenção dos equipamentos.

**Cláusula Sexta**  
**(Benfeitorias)**

Todas as benfeitorias realizadas na parcela de terreno ou nos equipamentos levadas a cabo pelo **MUNICÍPIO** consideram-se neles integradas, não havendo lugar a qualquer indemnização finda a vigência do presente contrato.

**Cláusula Sétima**  
**(Obrigações do MUNICÍPIO)**

1. Na vigência do presente contrato, a **MUNICÍPIO** obriga-se a assumir os encargos decorrentes das seguintes despesas:
  - a) inerentes à conservação e limpeza dos espaços;
  - b) decorrentes da celebração de contratos e consumos de eletricidade, água, gás, telefone, rede de dados, e outros custos de exploração;
  - c) relativas ao pagamento de prémios de seguro que, por lei, sejam obrigatórios.



2. O **MUNICÍPIO** obriga-se ainda:

- a) a não afetar o imóvel a fim diverso daquele a que se destina, nos termos da cláusula segunda do presente contrato.
- b) a manter a parcela de terreno em perfeito estado de conservação e segurança.

#### **Cláusula Oitava**

##### **(Prazo)**

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e é celebrado pelo-prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser renovável por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 90 dias antes do seu termo ou de qualquer uma das suas renovações.

#### **Cláusula Nona**

##### **(Omissões)**

As omissões ao presente contrato são reguladas pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 1129º e seguintes do Código Civil.

#### **Cláusula Décima**

##### **(Foro)**

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente Contrato, as partes elegem como competente o foro da Comarca de Braga, com expressa renúncia de qualquer outra.

#### **Cláusula Décima Primeira**

##### **(Aprovação)**

A minuta respeitante ao presente contrato de comodato foi aprovada por deliberação tomada em reunião do Executivo Municipal realizada em 3 de setembro de 2018.

Braga, 14 outubro 2008.

**Primeiros Outorgantes**

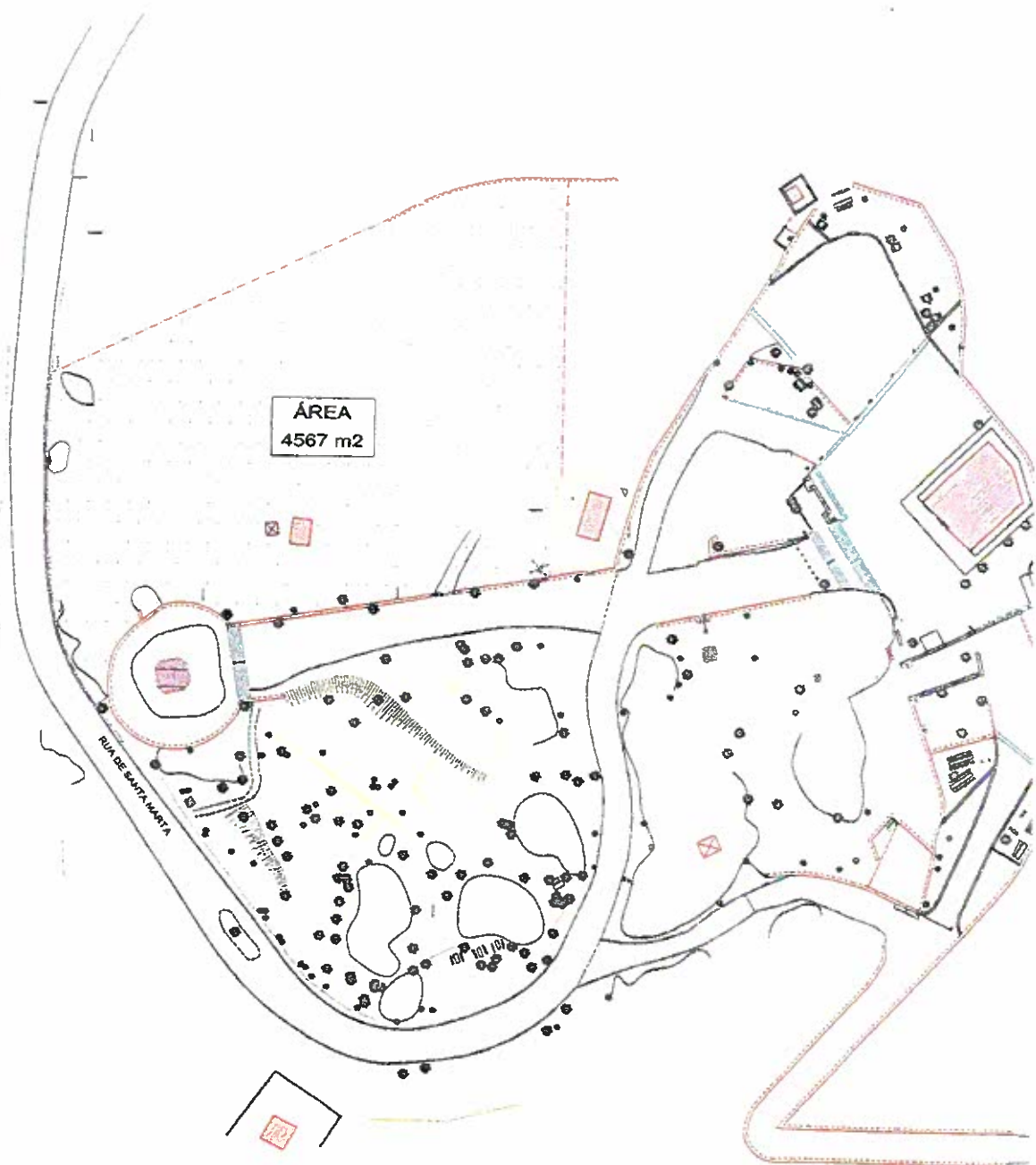
Ameia Pereira para os Serviços

de Braga

P/  
**Segundo Outorgante - MUNICÍPIO de Braga**

Dr. João Carlos Almeida





 <b>BRAGA</b> MUNICÍPIO	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA</b> <b>DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO ORDENAMENTO E PLANEAMENTO</b> <small>DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL - DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS MUNICIPAIS</small> Terreno destinado à instalação do Sistema de Comunicações (antenas repetidores) da Falperra	<b>TOPOGRAFIA</b>
Proj. D.E.P.M.		
Técnico: <i>J. Castanheira</i>		
Data MAIO / 2018	Levantamento Topográfico	esc. 1 : 1000

IÇÃO EM LIVRO:

\* 43204, Livro N°: 120

## DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RÚSTICO

DENOMINAÇÃO: BOUÇA DA CHÃO DE SANTA MARTA

SITUADO EM: Chã de Santa Marta

ÁREA TOTAL: 16000 M2

ÁREA-DESCOBERTA: 16000 M2

VALOR TRIBUTÁVEL: 153.792,00 Escudos

MATRIZ n°: 72

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Terra de mato, norte - Mário Dias, sul - Joaquim Gomes, nascente - Francisco Xavier da Silva Marques, poente - Manuel da Cruz Domingues. Reprodução por extractação da descrição.

O(A) Conservador(a)

José Álvaro Loureiro

## INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 11 de 1991/08/20 - Aquisição

ABRANGE 5 PRÉDIOS

CAUSA : Sucessão Hereditária

SUJEITO(S) ACTIVO(S):

\*\* TERESA DE JESUS LOPES MARQUES ARAÚJO

Casado/a com AMÉRICO GRANJA GOMES DE ARAÚJO no regime de Comunhão geral

Morada: Conselheiro Lobato, 57, 2° esq°

Localidade: Braga

\*\* AMÉRICO GRANJA GOMES DE ARAÚJO

Casado/a com TERESA DE JESUS LOPES MARQUES ARAÚJO no regime de Comunhão geral

Morada: Conselheiro Lobato, 57, 2° esq°

Localidade: Braga

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

\*\* JERÔNIMO GOMES DE ARAÚJO E MULHER

Casado/a com CAROLINA DA COSTA GRANJA

Reprodução da inscrição 74.530 fls 115v G - 121

O(A) Conservador(a)

José Álvaro Loureiro

## REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

CÃO EM LIVRO:

• 43204, Livro N°: 120

## DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RÚSTICO

DENOMINAÇÃO: BOUÇA DA CHÃO DE SANTA MARTA

SITUADO EM: Chã de Santa Marta

ÁREA TOTAL: 16000 M2

ÁREA-DESCOBERTA: 16000 M2

VALOR TRIBUTÁVEL: 153.792,00 Escudos

MATEIZ n°: 72

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Terra de mato, norte - Mário Dias, sul - Joaquim Gomes, nascente - Francisco Xavier da Silva Marques, poente - Manuel da Cruz Domingues. Reprodução por extractação da descrição.

O(A) Conservador(a)

José Álvaro Loureiro

## INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 11 de 1991/08/20 - Aquisição

ABRANGE 5 PRÉDIOS

CAUSA : Sucessão Hereditária

SUJEITO(S) ACTIVO(S):

\*\* TERESA DE JESUS LOPES MARQUES ARAÚJO

Casado/a com AMÉRICO GRANJA GOMES DE ARAÚJO no regime de Comunhão geral

Morada: Conselheiro Lobato, 57, 2° esq°

Localidade: Braga

\*\* AMÉRICO GRANJA GOMES DE ARAÚJO

Casado/a com TERESA DE JESUS LOPES MARQUES ARAÚJO no regime de Comunhão geral

Morada: Conselheiro Lobato, 57, 2° esq°

Localidade: Braga

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

\*\* JERÔNIMO GOMES DE ARAÚJO E MULHER

Casado/a com CAROLINA DA COSTA GRANJA

Reprodução da inscrição 74.530 fls 115v G - 121

O(A) Conservador(a)

José Álvaro Loureiro

## REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

**IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO**

DISTRITO: 03 - BRAGA CONCELHO: 03 - BRAGA FREGUESIA: 13 - ESPORÕES

SECÇÃO: ARTIGO MATRICIAL Nº: 72 ARV:

**NOME/LOCALIZAÇÃO PRÉDIO**

CASAIS

**CONFRONTAÇÕES DO PRÉDIO**

Norte: MARIO DIAS E OUTRO Sul: JOAQUIM GOMES E OUTROS

Nascente: FRANCISCO XAVIER DA SILVA G. MARQUES Poente: MANUEL DA CRUZ DOMINGOS

**ELEMENTOS DO PRÉDIO**

Ano de Inscrição na matriz: 1985 Valor Patrimonial Inicial: €710,29

Valor Patrimonial Actual: €767,11 Determinado no ano: 1989

Área Total (ha): 1,600000

Descrição: BOUÇA DOS CASAIS

EUCALIPTAL, MATO E PASTAGEM

**TITULARES**

Identificação fiscal: 181132869 Nome: AMERICO GRANJA GOMES DE ARAUJO

Morada: R DAS PADEIRAS Nº 53 BAIRRO DUARTE PACHECO, BRAGA, 4715-098 BRAGA

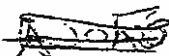
Tipo de titular: Propriedade plena Parte: 1/1 Documento: OUTRO Entidade: DESCONHECIDO

Obtido via internet em 2017-02-12

O Chefe de Finanças



(António Manuel Lopes Teixeira)



## AUTORIZAÇÃO

Atento o disposto no nº 2 da cláusula terceira do contrato de comodato celebrado entre mim, **Américo Granja Gomes de Araújo**, NIF 181132869, c.c. **Teresa de Jesus Lopes Marques Araújo**, residentes na Rua das Padeiras, nº 53, 4715-098 Braga, e o Município de Braga, relativo a uma parcela de terreno com a área de 4.567 m2, a destacar do prédio denominado "Bouça da Chã de Sta. Marta", sito em Chã de Sta Marta, freguesia de Esporões, em Braga, descrito na Conservatória do Registos Predial de Braga sob o nº 781/Esporões e inscrito na respetiva matriz rústica sob o artigo 72/Esporões, e construções ali implantadas para que o Município possa ali acomodar equipamentos de comunicações, mais propriamente um repetidor e respetiva antena, no sentido de uma melhor cobertura territorial, autorizo que a Associação de Radioamadores coloque nas instalações sitas na parcela acima identificada e pertencentes ao Município um repetidor, cablagem e respetivos acessórios.

Braga, 19 de novembro de 2018.

O Declarante,

  
/ Américo Granja Gomes de Araújo /